

forma de associação, até onde o respeito pelo decoro parlamentar e por esta Casa tem que existir.

É muito importante que essa reflexão possa acontecer, porque quem perde com tudo isso é o lado humano, porque há pessoas aqui, além dos cargos que ocupam, e o lado da sociedade, que quer ver esta Casa produzindo conceitos e projetos que terão impacto na sociedade. Então, fica minha solidariedade às Deputadas Mônica Francisco e Renata Souza.

Quero, Sr. Presidente, parabenizar meu companheiro de bancada, Deputado Carlos Minc, por ter trazido essa discussão. É um projeto importante. Precisamos avançar com essa discussão. Fiquei feliz, Deputado Carlos Minc, porque fizemos várias emendas parecidas para qualificar esse projeto. Estive também com o pessoal do MP, do Gaesp. Falei também com o pessoal do Instituto Igarapé, que acompanha muito esse trabalho, e várias outras instituições que vêm acompanhando, porque precisamos, Sr. Presidente, estudar esses assuntos técnicos. Quando queremos entender qual o melhor resultado para o Rio de Janeiro, para a nossa cidade, precisamos estudar.

Eu concordo com os parlamentares que disseram que nós não podemos generalizar qualquer profissão, generalizar qualquer ofício. Há profissionais que vão exercer suas atribuições da forma mais correta possível e há profissionais que terão os seus desvios, como em qualquer profissão, em qualquer lugar. Para isso, nós precisamos ter políticas públicas que tragam transparência, que tragam efetividade, para que os serviços sejam feitos da melhor forma possível.

Quero fazer um processo de discussão técnico, como deveria ser sempre na discussão de um projeto. Eu, por exemplo, Deputado Carlos Minc, fiz uma emenda que está de acordo para que este projeto seja guiado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que é algo importante para que isso possa estar alinhado com uma legislação que já temos.

O SR. CARLOS MINC - Muito bom, Deputado Renan Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Obrigado, Deputado Carlos Minc.

Outro assunto também, sem partes técnicas: que a data seja implantada a partir do dia 31 de agosto de 2021, ou seja, que haja uma data para isso. Também fiz uma emenda, que parece que é igual à de V.Exa., sobre os seis meses, para que se tenha pelo menos seis meses de arquivo. Parecia que o texto original, prevendo dois anos, envolvia um armazenado muito difícil.

São todas discussões que nós vamos aperfeiçoando, como deve ser no Parlamento. Sr. Presidente, é um projeto que tem várias emendas, que tem visões diferentes, mas nós podemos nos furtar desse debate. Faço coro à sugestão que a Deputada Martha Rocha, com toda a sua experiência, com toda a sua sabedoria, traz para nós, de fazeremos uma audiência pública que chame as polícias, os especialistas, o Ministério Público.

É importante que façamos um debate seguindo a civilidade, seguindo realmente o que as evidências estão mostrando, para chegarmos à melhor definição possível. Não podemos deixar o discurso do ódio dominar essa discussão ou nenhuma outra, porque quem principalmente perde com isso é a sociedade.

Fica aqui, Sr. Presidente, a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado, Deputado Renan Ferreirinha.

Não havendo mais orador inscrito para discutir a matéria, a presente proposta recebeu 20 emendas e retorna às Comissões.

A Presidência vai conceder a palavra por 30 segundos ao Deputado Rodrigo Amorim e por 30 segundos, em seguida, à Deputada Mônica Francisco.

O SR. LÉO VIEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Daqui a pouco, Deputado Léo Vieira. Estamos aqui dando direito de resposta.

O SR. LÉO VIEIRA - Vão ter que colocar câmera também nos médicos, quando fizerem cirurgias, em técnicos de enfermagem, enfermeiros, em todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Nós vamos viver num grande Big Brother. Já vivemos.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Rodrigo Amorim, por favor, 30 segundos.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, serei muito breve.

Toda vez que fazemos uma discussão de mérito, quando não concordamos com algum projeto apresentado, infelizmente, há Deputados que não sabem que isso se chama democracia. Então tentam apelar, dizendo que estamos promovendo discurso de ódio, que estamos nos exasperando. Refuto isso. Nós nos posicionamos aqui de forma muito educada, com muita cortesia. Só pensamos de modo contrário, entendemos que esse projeto, definitivamente, afronta a prerrogativa dos policiais militares. Se alguém quer salvaguardar o direito dos policiais, que dê então o excludente de ilicitude para as operações policiais. Assim estará salvaguardando a garantia dos policiais.

Sr. Presidente, fui atacado, na semana passada, justamente nessa seara, quando discutimos um projeto em que havia uma pegadinha que foi descoberta pelo Deputado Márcio Gualberto. O PSOL embuti num projeto o aborto, o Deputado Márcio Gualberto descobriu, nós enfrentamos e vencemos. Fomos atacados, fomos chamados de intolerantes, disseram que agíamos com ódio. Hoje isso ocorre mais uma vez.

Naquela semana, até fui chamado de canalha. Veja bem, Sr. Presidente, eu fui chamado de canalha, em plena Sessão, por uma Deputada do PSOL. Isso é objeto de representação minha, pois não o admito, isso afronta o Regimento da Casa. Hoje, uma Deputada disse que defendo miliciano. O direito sagrado de um Deputado falar o que bem pensa na tribuna tem o limite da ética e da própria lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Isso é calúnia. A Deputada Enfermeira Rejane me caluniou. Talvez, ela, sim, esteja preocupada com as eleições que se avizinham. O debate será sempre feito. Infelizmente, a Deputada Enfermeira Rejane vai assistir somente da TV aos debates, porque o partido dela é tão inexpressivo que ela não terá o direito de deles participar.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Direito de resposta, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO AMORIM - As Deputadas da esquerda que se preparem, porque o debate será nitroglicerina e confronto. Refiro-me também à Deputada do PSOL que atacou a Polícia Militar, que disse que a Polícia Militar é virulenta, é assassina...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Mais uma vez, referiu-se à questão do Amarildo. Vou utilizar um jargão da polícia: Amarildo era um ganso. Faço aqui uma provocação ao PSOL: procurem lá no Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, quem ficou com a maior parte da indenização que família desse "ganso" recebeu do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Direito de resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Já, já. Com a palavra a Deputada Mônica Francisco, que dispõe de dois minutos.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Obrigada, Sr. Presidente. Acho que alguns Deputados, sobretudo Deputadas que me antecederam, foram muito felizes em dizer que temos tido uma atuação muito profícua nesta Casa. Acho que a fala do Deputado Flávio Serafini trazendo dados que são incontestáveis, também outros Deputados e Deputadas aqui, eu mesma falei: menos de 1.800 mortes produzidas pela Polícia, no ano de 2019, isso é impensável em qualquer democracia.

Não podemos defender que a nossa Polícia seja uma Polícia que mais mate. Queremos que a segurança pública seja boa para todo mundo em qualquer lugar. O Professor Andreilino Campos, falecido já há dois anos, ex-professor de Geografia da Uerj, dizia que a estigmatização dos espaços de pobreza também é a estigmatização daqueles e daquelas que ali reproduzem a sua lógica, o seu modo de ser, de existir e de estar no mundo.

É óbvio que nós, que viemos desses espaços, somos mais da metade da população brasileira; somos, na nossa cor, na nossa raça, estigmatizados ao extremo. Isso não é por conta de uma ação individual, isso é a reprodução das relações sociais no Brasil. O Brasil é um país racista e precisamos discutir isso. E a população negra no Brasil é estigmatizada, seja ela homem ou mulher.

E essa população é a que tem as piores condições de vida, mora nas piores condições, é aquela que recebe sobre o seu corpo, sobre a sua existência os resultados e os impactos de um Estado violento. Assim como diz Leonardo Boff muito bem, "um país que odeia os seus pobres e tem vergonha dos negros que ainda tem", que como projeto de política pública dava conta de que, em 2012, não haveria mais nenhum negro e negra no Brasil.

Eu venho do Borel, venho da favela, e da favela onde eu fiz inúmeros enfrentamentos em defesa da vida, inclusive mediando conflitos nas Unidades de Polícia Pacificadora, todos os dias. Falo aqui de uma experiência vivida, da vida de uma sobrevivente, como tantas outras como eu, que num rasgo de sonolência desse sistema, chega ao Parlamento do Estado do Rio de Janeiro, contrariando todas as estatísticas e todos os prognósticos.

E trago para a discussão que não convidaria para entrar na favela, por exemplo, dentro do caveirão, eu convidaria para estar do lado de fora...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Eu rejeito frontalmente a insinuação feita por membro deste Parlamento, esquecendo que nós somos alvo do escrutínio da população, nós estamos numa Sessão pública e aberta, televisionada, transmitida por redes sociais - eu estou recebendo inúmeras mensagens aqui - e que posso passar para o grupo dos Deputados. Porque os Deputados e Deputadas, às vezes, sobretudo alguns Deputados, esquecem...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - ...que nós estamos ao vivo aqui na Sessão. Então, rejeito frontalmente, Sr. Presidente, e faço coro ao pedido de que V.Exa., na prerrogativa do seu cargo de Presidente, que consideramos e respeitamos imensamente, tome alguma medida em relação a essas acusações absurdas de associação à facção criminosa. É isso? Se eu entendi bem, foi isso que as pessoas que me mandam mensagem agora também entenderam: que tanto eu, quanto a Deputada Renata Souza, nas nossas favelas, temos inclusive capacidade de diálogo com a facção. Ou seja, somos, em alguma medida, associadas à relacionamento íntimo...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - ...com as facções criminosas do Estado do Rio de Janeiro. Então, pareceu que foi isso que eu ouvi nesta tarde. Então, fica não só o meu repúdio, mas o meu pedido a V.Exa. - desculpe-me por me alongar - para que haja nesse sentido, de maneira muito eficaz e eficiente, porque é impossível continuarmos nesse nível.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Presidente, primeiro quero agradecer a V.Exa. pelo direito de resposta. O direito de resposta no Parlamento acontece quando um Deputado cita o nome - um do outro. E engraçado que na minha fala eu não citei o nome de ninguém, e o Deputado achou que a carapuça lhe serviu. Felizmente, nos Anais da casa está escrito que é necessário falarmos o que tem que ser falado e respeitar uns aos outros.

Na realidade, Presidente, eu quero reafirmar a nossa luta aqui pelos bons policiais. Meu partido tem 98 anos e não é um partido de oportunistas, de ocasião e que servem ao capital especulativo no nosso Estado. Então, meu partido tem tradição, meu partido tem história, e eu tenho muito orgulho de estar no Partido Comunista do Brasil.

Quero lembrar a V.Exa., Presidente, que nós pedimos uma Moção de Aplausos à Patrulha Maria da Penha, que está sendo comemorada nesse finalzinho agora da semana, do mês. Pedimos uma Moção de Aplausos à Coronel Cláudia, que faz um excelente trabalho na Polícia em defesa das mulheres. Então, nós defendemos a boa polícia. Nós defendemos os bons policiais, nós defendemos aqueles que querem a vida da população. Nós não defendemos o ódio, não defendemos a intolerância. E eu tenho certeza de que o debate vai ser de qualidade.

Alguns vão ficar vociferando, refutando besteiras, mas aqui tem pelo menos três mulheres que são pré-candidatas no Município do Rio de Janeiro e com respeito, com toda a simpatia, com toda a valorização a nós, mulheres, eu tenho certeza de que o debate vai ser da maior qualidade, porque a nossa população, a população carioca merece isso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Esgotado o tempo regulamentar, está encerrada a Ordem do Dia.

Anuncio que amanhã traremos o Projeto que salu de pauta, o primeiro, juntamente com o PDL do Deputado Márcio Gualberto, na Sessão Extraordinária das 18h35.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Presidente André.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vou passar a Presidência para o Deputado Capitão Paulo Teixeira. A recomendação é: agrediu verbalmente, retira o som. Já pedi a atenção. Corta o microfone do parlamentar. Aqui ele tem que discutir ideias e procuramos ter o entendimento e o equilíbrio.

A Deputada Renata e a Deputada Mônica, sentiram-se atingidas, façam a representação e assim eu vou dar encaminhamento.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Quem está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Estão inscritos o Deputado Eliomar, Minc, Rodrigo Amorim, Knoploch, Waldeck e Luiz Paulo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Pode me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

Então, uma boa tarde a todas e a todos.

O SR. CARLOS MINC - Presidente André, eu não me inscrevi. Eu só queria apoiar a ideia da Deputada Martha, da Sessão, queria agregar a Comissão do Cumpra-se.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, agora, olha só.

O SR. CARLOS MINC - Tem uma lei que não está sendo seguida.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Se V.Exa. prestou atenção, eu retirei o Projeto, já foi emendado. Então, nós vamos propor depois a audiência pública. Ele não voltará à pauta sem antes uma audiência pública, o.k.?

O SR. CARLOS MINC - Certo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Fiz questão de encerrar a discussão. Então, com vocês, o Deputado Capitão Paulo Teixeira.

Deputadas e Deputados, até amanhã. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passemos ao Expediente Final.

Passa-se ao

Expediente Final

* Os Discursos dos Senhores Deputados, proferidos no Expediente Final, encontram-se publicados no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (www.alerj.rj.gov.br), em conformidade com o Ato N/MD/Nº619/2016.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Paulo Teixeira) - Esgotado o tempo regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18:30 horas)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; CAPITÃO PAULO TEIXEIRA, A CONVITE.

RELAÇÃO DE PARLAMENTARES PRESENTES NA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Capitão Paulo Teixeira, Carlos Macedo, Carlos Minc, Chicão Bulhões, Chico Machado, Chiquinho da Manguera, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodato, Dr. Serginho, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovanni Ratinho, Gustavo Schmidt, Gustavo Tutuca, Jair Bittencourt, João Peixoto, Jorge Felipe Neto, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcus Vinícius, Marina Rocha, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Pedro Ricardo, Renan Ferreirinha, Renata Souza, Renato Cozzolino, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Samuel Malafaiá, Subtenente Bernardo, Thiago Pampolha, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Zeidan.

EMENDAS DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA, EM DISCUSSÃO ÚNICA, AO PROJETO DE LEI Nº 265/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS MINC.

MODIFICATIVA Nº 01

Modifique-se o artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Modifique-se o Art. 1º da Lei 5.588/09, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Poderá o Poder Executivo instalar câmeras de vídeo e de áudio nas viaturas automotivas que vierem a ser adquiridas para servir as áreas de Segurança Pública e Defesa Civil, e fica autorizado a instalar microcâmeras nos uniformes dos policiais Civis da CORE e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com capacidade de registrar tudo o que o policial vê, ouve, fala e faz.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 05 de agosto de 2020. Deputados MÁRCIO CANELLA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 02

Adicione-se artigo, onde couber, com a seguinte redação:

"Art. - Modifique-se o artigo 3º da Lei nº 5.588, de 07 de dezembro de 2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º As gravações deverão ser arquivadas por um período mínimo de 05 (cinco) anos e poderão ser utilizadas para atender a demandas judiciais e administrativas."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 05 de agosto de 2020. Deputados WALDECK CARNEIRO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 03

Fica MODIFICADO, o artigo 1º passando a constar a seguinte redação:

Art. 1º - Poderá o Poder Executivo instalar câmeras de vídeo e de áudio nas viaturas automotivas de patrulhamento, bem como naquelas que vierem a ser adquiridas para servir as áreas de Segurança Pública e Defesa Civil, e fica autorizado a instalar microcâmeras nos uniformes dos policiais Civis e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com capacidade de registrar tudo o que o policial vê, ouve, fala e faz."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 05 de agosto de 2020. Deputados FILIPPE POUBEL, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 04

Fica MODIFICADO, o artigo 1º passando a constar a seguinte redação:

Art. 1º - Poderá o Poder Executivo instalar câmeras de vídeo e de áudio nas viaturas automotivas que vierem a ser adquiridas para servir as áreas de Segurança Pública e Defesa Civil, e fica autorizado a instalar microcâmeras nos uniformes dos policiais Civis da CORE e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com capacidade de registrar tudo o que o policial vê, ouve, fala e faz."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 05 de agosto de 2020. Deputados FILIPPE POUBEL, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 05

Fica MODIFICADO, o artigo 1º passando a constar a seguinte redação:

Art. 1º - Poderá o Poder Executivo instalar câmeras de vídeo e de áudio nas viaturas automotivas de patrulhamento, bem como naquelas que vierem a ser adquiridas para servir as áreas de Segurança Pública e Defesa Civil, e fica autorizado a instalar microcâmeras nos uniformes dos policiais Civis da CORE e da Polícia Militar do Es-